

Decisões judiciais impedem despejos
em período de confinamento social

Páginas 6 e 7

Cimi leva denúncia à ONU mostrando que governo tenta
retirar direitos dos indígenas durante a pandemia

Página 5

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLI • Nº 424 • Brasília-DF • Abril 2020



Barreiras Sanitárias contra a covid-19

Contrariando o governo federal, povos indígenas de todo
o país levantam barreiras sanitárias nas terras indígenas
buscando impedir o avanço da doença nas aldeias

Páginas 8 e 9

“Odeio o termo povos indígenas”: uma blasfêmia em dois atos

Por **dom Erwin Krätzler**, ex-presidente do Cimi, Bispo emérito da Prelazia do Xingu e coordenador da REPAM

“Odeio o termo povos indígenas”. Uma blasfêmia em dois atos. Quem vai esquecer a reunião ministerial do 22 de abril? Graças à liberação de um vídeo que cobriu toda a reunião pudemos assistir a uma sessão do governo que atualmente gerencia a res publica (a coisa pública, daí a palavra ‘República’) de nosso país. Se crianças ou adolescentes pronunciassem um dos 29 palavrões proferidos na ocasião levariam castigo em casa ou na escola. Falta completa de educação e civilidade no mais alto escalão do executivo do Brasil. Presidente e ministros perderam vergonhosamente a compostura que se espera de pessoas que ocupam cargos tão elevados.

Mas o que mais me revoltou, além da proposta descarada do ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles de aproveitar o tempo de pandemia para “ir passando a boiada” à Amazônia, foi o espantoso aporte do ministro da Educação Abraham Weintraub: “Esse país não é [uma colônia]. Odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo”. Não consigo entender que Weintraub que é de origem judaica usa expressões que recordam o ódio de Hitler e seus ministros ao povo judeu. A consequência desse ódio foi a “shoah”, o holocausto que ceifou a vida de seis milhões de judeus.

Ouvir da boca de um ministro da Educação essas palavras prova mais uma vez o curso anti-indígena desse governo que se alinha perfeitamente à famigerada expressão do general americano Philip Sheridan (1831 – 1888) “The only good indian is a dead indian” (O único índio bom é um índio morto). Já que tudo que Donald Trump pensa e fala inspira o governo Bolsonaro nas suas atitudes e tomadas de posição, não é de se admirar que um ministro desse governo siga essa sentença que na segunda metade do século XIX se tornou provérbio nos Estados Unidos e tem como pano de fundo o genocídio de milhões de indígenas durante a conquista do oeste norte-americano.

Na coleção de descarrilamentos do ministro da Educação cuja falta de educação já criou incidentes diplomáticos com o presidente da França e a China, esse vergonhoso deslize contra os povos indígenas do Brasil só teria enriquecido a biografia de um agente político desprezível, se não tivesse ainda outra cena abominável e blasfema

que agora conspurca a face da nossa Igreja Católica. A Veja publicou na sua Coluna Radar de 7 de junho uma foto que retrata a visita, em 5 de junho, de um grupo que se diz católico, capitaneado pelo padre polonês Pedro Stepien. As e os integrantes deste grupo já são famosos por causa de seu frequente comparecimento juntamente com o mesmo sacerdote em frente ao Palácio da Alvorada para prestar culto ao “messias”. Desta feita, porém, foram ao gabinete do ministro da Educação Abraham Weintraub para “confortá-lo” depois de “uma semana tão desgastante” para ele. “Oraram pelo momento delicado do ministro” comenta a revista. Dessa iniciativa só se pode tirar a conclusão de que os visitantes consoladores apoiam as teses do ministro e assumem assim uma posição diametralmente oposta ao Papa Francisco e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. E quem se coloca contra o Papa já perdeu a catolicidade.

Mas a história não termina aqui. O padre leva uma imagem de Nossa Senhora de Fátima ao gabinete do ministro e, ostentando a estátua, posa sorrindo ao lado de um Weintraub aparentemente comovido e também sorridente. O que queria esse Padre com essa encenação? Que relação esse ministro teria com Nossa Senhora de Fátima e sua mensagem aos pastorinhos na Cova da Iria em Portugal no ano 1917?

O padre demonstra que não conhece a história da América Indígena e do papel de Nossa Senhora junto aos povos originários. Certamente nunca ouviu falar que ela apareceu já em 1531 a um indígena de

nome Juan Diego, canonizado inclusive pelo papa polonês, e lhe disse: “Eu sou a vossa Mãe bondosa, tua e de todos vós que viveis unidos nesta terra e dos outros povos, que me amem, que me invoquem, me procurem e confiem em mim; escutarei o seu pranto, as suas tristezas, para remediar e curar todas as suas penas, misérias e dores. Não se perturbe o teu coração. Acaso não estás sob a minha proteção e amparo? Não estás no meu regaço e entre os meus braços?”

Nossa Senhora se colocou ao lado e no meio dos povos indígenas e isso não apenas através de palavras carinhosas. A imagem milagrosa fala por si mesma. Mostra a Virgem Maria numa túnica usada pelas mulheres astecas para dizer que ela é Mãe dos astecas e de todos os indígenas. Ela pertence a esses povos tão sofridos e machucados e se solidariza assumindo feições indígenas. Acima da cintura há o laço que as indígenas usavam para indicar que estavam grávidas. E o filho de mãe indígena é indígena! Os raios de sol que circundam a mãe indígena simbolizam que ela está grávida de um Filho Divino.

Porque esse padre não levou a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe para o gabinete do ministro para ensinar-lhe a quem Deus ama com um carinho todo especial a ponto de a Mãe de seu Filho assumir traços indígenas? Talvez o ministro e junto com ele o padre e seus correligionários teriam se dado conta de que odiar os povos indígenas é odiar a Mãe de Deus e o seu Filho Jesus, nosso Senhor!

Porantinadas

TCU cobra governo sobre mortes de crianças indígenas

Diante do alto índice de mortalidade entre crianças indígenas, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o governo federal informe quais ações de saúde foram adotadas entre 2018 e 2020, principalmente agora, em tempos de pandemia. Em uma representação, movida neste mês, o subprocurador geral do Ministério Público de Contas, Paulo Bugarin, aponta para a “invisibilidade sanitária” dessas populações pela falta de estatísticas mais precisas na área de saúde, o que com a pandemia “pode ficar ainda pior”.

JBS demite indígenas em meio à pandemia

A JBS de Seara, município no Oeste catarinense, demitiu 40 indígenas do povo kaingang por alegar “altos custos operacionais”, após o ônibus que levava os indígenas até a empresa interromper as viagens devido à pandemia do novo coronavírus. Com a pandemia, os indígenas foram enquadrados, ainda em 17 de março, no grupo de risco, conforme portaria 419/PRES, da Fundação Nacional do Índio (Funai). O que se esperava é que eles fossem afastados do trabalho sem ônus aos salários.

Pedido de identificação para casos de óbito

Universidades, institutos de pesquisa, associações indígenas e entidades de apoio aos povos indígenas na Amazônia pediram ao Poder Público atenção redobrada para que assegure a identificação dos indígenas que irem a óbito pela covid-19. Na região do Alto Solimões, os indígenas estão sentindo o impacto do avanço agressivo da doença. Os Kokama denunciaram que alguns indígenas foram registrados como “pardos” nas unidades de saúde de Tabatinga (AM), onde foram internados.



Mobilização Nacional Indígena exige medidas urgentes em defesa da saúde e da vida dos povos originários do Brasil

No Brasil, assim como em todo o mundo, a covid-19 afeta dramaticamente a vida das pessoas. Preocupamos, em especial, a situação dos povos originários, que sofrem os efeitos de uma história de mais de 500 anos com processos de genocídios, muitos causados com a disseminação de vírus entre suas populações, de violências e de negação de direitos fundamentais à terra e à diferença. O coronavírus surge como um grave problema que vem se somar aos demais que os povos indígenas enfrentam cotidianamente.

A situação de alerta e de risco à vida que enfrentada nestes tempos de pandemia é agravada pela omissão e negligência criminosa dos gestores do Estado, que não demarcam e regularizam os territórios indígenas e que permitem as invasões dessas terras. E essa parece ser uma tendência crescente, fruto da lógica que orienta as políticas do governo brasileiro para os povos indígenas, para os quilombolas e outras comunidades tradicionais.

No que se refere às ações e serviços em saúde, notamos uma evidente intencionalidade do governo Bolsonaro de impedir que o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que tem por base os Distritos Sanitários Especiais, funcione e assim justificar a sua substituição por ações paliativas a partir de uma perspectiva de municipalização ou privatização da atenção à saúde indígena.

Os povos indígenas e suas organizações, neste período de pandemia, denunciam que o governo brasileiro não adota medidas sanitárias de forma planejada para enfrentar a grave ameaça da covid-19 dentro das comunidades. Isso se torna evidente com a falta de profissionais em saúde – especialmente médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e epidemiologistas –, a ausência de infraestrutura para atendimento nos postos de saúde, em polos-base, a precariedade dos equipamentos para o enfrentamento de endemias e epidemias. A chegada da covid-19 também evidencia as frágeis estruturas de comunicação e de informação, mostra que as medidas de esclarecimento e outras ações foram tomadas tardiamente junto às populações indígenas, quanto a essa pandemia, ficando a atribuição sob a responsabilidade dos agentes de saúde indígena e lideranças regionais ou locais do movimento indígena.

Para além, trata-se de um grande absurdo a notificação de casos de doentes e óbitos de indígenas não serem notificados, sendo considerado apenas o Boletim Epidemiológico da Sesai, que exclui 40% da população indígena, que se encontra fora de seus territórios. Tal subnotificação condiz com o estado de invisibilidade que os governos insistem em dar aos povos indígenas quanto aos seus direitos.

Denunciamos também que a pandemia afeta dramaticamente os povos que não têm terras demarcadas, que estão há muito tempo em situação de vulnerabilidade, pois lhes falta saneamento básico, água potável, alimento, espaço para sustentar adequadamente suas formas de vida. Há situações em que famílias não têm o que comer, pois o governo federal determinou que a Funai não preste assistência em terras não regularizadas ou naquelas em que os povos indígenas lutam por demarcação.

Diante deste contexto, de extrema gravidade, exigimos do governo federal:

1. A imediata demarcação, regularização, fiscalização e proteção de todas as terras indígenas;
2. A revogação do Parecer 001/17 da Advocacia Geral da União;
3. A retirada de todos os invasores de terras indígenas – garimpeiros, grileiros, madeireiros, fazendeiros – dado que eles são agentes propagadores de doenças e em especial, neste momento, da covid-19; e constituem um grave risco para todos os povos, em especial os povos indígenas voluntariamente isolados.
4. A adoção de medidas que restrinjam o acesso de pessoas estranhas nas comunidades indígenas, dentre eles garimpeiros, comerciantes, madeireiros, bem como de



grupos religiosos fundamentalistas proselitistas que propagam, nas terras indígenas, a demonização de modos de vida, espiritualidades, saberes tradicionais, formas de tratar as doenças;

5. A implementação de ações que visem garantir saneamento básico, água potável, habitação adequada e demais equipamentos que assegurem boa infraestrutura sanitária nas comunidades;
6. A adoção de medidas que garantam boa situação nutricional em todas as comunidades indígenas;
7. A viabilização de ingresso e permanência das equipes de saúde em área, assegurando-se com isso, que as ações de prevenção e proteção a pandemia sejam efetivas e continuadas;
8. A infraestrutura e logística adequadas para as equipes de saúde, destinando-lhes todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento das ações de proteção e prevenção às doenças, tais como medicamentos, soros, luvas, máscaras, transporte, combustível;
9. A garantia de que haja, para além das comunidades – nos municípios e capitais – hospitais de referência para o atendimento de média e alta complexidade, onde se poderá realizar exames clínicos e promover adequada internação para tratamento dos doentes da covid-19 e de outras doenças;
10. A destinação de recursos financeiros para a aquisição de materiais de proteção para todas as pessoas das comunidades indígenas, tais como água limpa, sabão, água sanitária, álcool gel, luvas e máscaras, bem como que haja a adequada orientação das pessoas quanto a uso e sua importância neste período de pandemia;
11. A capacitação dos agentes indígenas de saúde, dos agentes sanitários e ambientais, das parteiras e de todos os que atuam na área da saúde, dentro das comunidades, tendo em vista a proteção e prevenção da covid-19;
12. A imediata contratação de profissionais em saúde – médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, epidemiologistas – para atuarem em áreas indígenas, compondo e ampliando as atuais equipes de saúde;
13. A contratação, de imediato, de testes, para realização de exames da covid-19 em todas as comunidades, em todas as pessoas, para com isso se obter um diagnóstico efetivo sobre a atual situação da pandemia dentro das terras indígenas e aprimorar as ações quanto a sua prevenção, controle e tratamento;
14. A subnotificação de indígenas deve ser interrompida, pois todos os agravos de indígenas devem sejam noti-

ficados, como um todo, independente de estarem em Terras Indígenas regularizadas, ou não. Que o Ministério da Saúde e o Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública garantam que o Boletim Epidemiológico da Covid-19 inclua todos os casos de contaminação e óbitos de todos os indígenas, inclusive a fim de apoiar a inclusão de dados que orientem as políticas públicas;

15. A formação de um Comitê de Crise Interinstitucional, com assentos assegurados para os povos indígenas, nomeados pela APIB, para definição das estratégias de proteção dos povos indígenas, visando o monitoramento conjunto de ações de proteção territorial, segurança alimentar, auxílios e benefícios, insumos e protocolos contra transmissão, para todos os povos indígenas. Este Comitê não se confunde com o Comitê de Crise Nacional, o qual envolve unicamente a Secretaria Especial de Saúde Indígena, e exclui cuidados junto aos indígenas fora das Terras Indígenas.

16. Que a Funai e a Sesai, assim como as Coordenações Regionais da Funai e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) sejam incorporados nos Centros de Operações de Emergência em Saúde Pública em níveis nacional, estaduais e municipais;

A Mobilização Nacional Indígena, neste contexto de pandemia, exige responsabilidade do governo federal para que passe a assumir seu dever constitucional de proteger e promover, de forma específica e diferenciada, a saúde dos povos originários no Brasil, incluído os indígenas que moram nas cidades cujos casos de contaminação não estão sendo contabilizados pelo fato de não morarem nos seus territórios ou aldeias.

Brasília – DF, 27 de abril de 2020.

ASSINAM A PRESENTE NOTA:

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Arpinsul – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul; Arpinsudeste – Articulação dos povos Indígenas da Região Sudeste; Aty Gussu – Grande Assembleia do Povo Guarani e Kaiowá; Conselho do Povo Terena; COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Yvy Rupã – Organização do Povo Guarani; CIMI – Conselho Indigenista Missionário; CTI – Centro de Trabalho Indigenista; INA – Indigenistas Associados; ISA – Instituto Socioambiental; INESC – Instituto de Estudos Sociais e Econômicos; IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil; IEPE – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena; Uma Gota No Oceano; ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza; RCA – Rede de Cooperação Amazônica; Greenpeace Brasil; OPI – Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato

Novo coronavírus, uma outra ameaça à vida das populações indígenas

Por **Roberto Liebgott***, publicado em Portal Desacato

No Brasil, assim como em todo o mundo, a covid-19 afeta dramaticamente a vida das pessoas. Preocupa-nos, em especial, a situação dos povos indígenas, uma vez que eles sofrem os efeitos de uma história de mais de 500 anos de violências atroz e de negação dos seus direitos fundamentais à terra e à diferença.

Neste contexto, o coronavírus surge como um grave problema que vem se somar aos demais enfrentados cotidianamente por povos indígenas e por outras comunidades originárias e tradicionais. A situação de alerta e de risco à vida, que todos enfrentamos nestes tempos de pandemia, é agravada, no caso dos povos indígenas, em função de alguns fatores, em especial a omissão e negligência criminosa dos gestores do Estado, que não demarcam e regularizam os territórios, ou que permitem tácita ou expressamente, que ocorram invasões em áreas demarcadas, nas dos povos em situação de isolamento e risco, bem como naquelas que estavam com procedimentos de demarcação em andamento e foram paralisados. Nunca se depredou e se invadiu tantas terras como nos dois últimos anos! E essa parece ser uma tendência crescente, fruto da lógica que orienta as políticas do governo brasileiro para indígenas, quilombolas e outras comunidades que habitam o campo e as florestas.

Tendo, portanto, esse panorama de que as políticas públicas estavam sendo estruturadas para esvaziar e desconstruir os direitos resguardados constitucionalmente, as ações e serviços em saúde também passavam por reformulações e rearranjos, pois se objetivava impedir que a base do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que são os distritos sanitários especiais, estivesse sob administração e controle dos povos indígenas.

E, ao longo de mais de um ano do governo Bolsonaro e do Ministro da Saúde Mandetta (demitido ontem, quinta-feira, pelo governo Bolsonaro), o foco esteve voltado para estas iniciativas que acabaram por esvaziar as ações e serviços em saúde nas áreas indígenas. Não houve planejamento ou ações mais específicas e direcionadas para comunidades étnicas e culturalmente diferenciadas, a exceção de alguns serviços básicos de atenção nas aldeias, mas com equipes fragilizadas, sem capacidade ou recursos para uma intervenção qualificada no âmbito das ações de prevenção, de vacinação e de controle de endemias. O governo Bolsonaro, neste curto espaço de tempo, investiu na mudança de modelo de atenção à saúde indígena – em direção à municipalização e privatização –, rompeu com o programa “mais médicos”, por meio do qual se assegurava a presença de médicos em atendimento a estas populações, instituiu suspeita e desconfiança quanto à gestão e ao uso dos recursos financeiros por parte de governos anteriores e dos prestadores de serviços terceirizados.

Em função dela se torna visível a falta de profissionais em saúde – especialmente médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e epidemiologistas –, a ausência de infraestrutura para atendimento nos postos de saúde, em polos-base, a precariedade dos equipamentos para o enfrentamento de endemias e epidemias. A chegada da covid-19 também evidencia as frágeis estruturas de comunicação e de informação, mostra que não foram tomadas medidas imediatas de



Movimento de estudantes indígenas e quilombolas em Brasília em 2016

É, portanto, no interior de um processo de desmonte da política de atenção à saúde indígena que a pandemia da covid-19 chegou ao Brasil

esclarecimento das populações indígenas quanto a essa pandemia, ficando a atribuição sob a responsabilidade de equipes de agentes de saúde.

Afeta aquelas comunidades que habitam áreas devolutas, muitas vezes degradadas, e que estão há muito tempo em situação de vulnerabilidade, pois lhes falta saneamento básico, água potável, alimento, espaço para sustentar adequadamente suas formas de vida. Há famílias que não tem o que comer, pois o governo federal, que em períodos anteriores mantinha uma política assistencial para comunidades vulneráveis, deixou de fornecer cestas básicas já faz alguns meses. Em parte, a subsistência destas famílias era obtida com a venda de artesanato, o que se tornou inviável com a pandemia. Como viver sem terra, nas margens de rodovias, sem habitação adequada, em barracos improvisados e, ainda assim, enfrentar uma pandemia?

Nas últimas semanas, em função das denúncias feitas pelos povos indígenas e seus apoiadores, o Ministério da Saúde passou a divulgar boletins – através da Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena/SESAI – informando a situação das comunidades e publicando relatos acerca de medidas adotadas para realizar a proteção e o isolamento dos indígenas em todas as regiões do país. Não se pode negar, nesse sentido, o esforço e compromisso daqueles servidores que estão atuando em área indígena neste período. Eles prestam um serviço exemplar, dadas as limitações de infraestrutura e de pessoal. E a medida mais concreta foi tomada no dia 15 de abril, com a edição, pelo Ministro da Saúde, da Portaria 55/2020, denominada “Resposta

Rápida” – que prevê a contratação de profissionais em saúde no âmbito dos distritos sanitários. O governo pretende agora, em meio à pandemia, assumir com mais eficiência as demandas das comunidades indígenas para evitar a propagação do Coronavírus. Tais medidas já deveriam ter sido adotadas e não podem ser proteladas por burocracias e falta de planejamento.

É necessário enfatizar que a situação dos povos indígenas, de Sul a Norte do país, é bastante grave. Nas regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste, muitas comunidades estão excluídas do direito à terra, sem água para beber, para banhar-se, lavar roupas e utensílios, preparar os alimentos e cozinhá-los. Nestas circunstâncias, como irão se prevenir da propagação do coronavírus? Já na região Norte, a maioria da população vive em suas terras, mas estas são invadidas, são devastadas e muitas comunidades estão submetidas a violências físicas, ameaças de morte e homicídios. Num contexto como este, é difícil proteger-se da pandemia, pois nestas terras circulam grileiros, posseiros, madeireiros, garimpeiros que, para além das ameaças usuais, ainda podem ser disseminadores da pandemia.

Diante desta realidade, tornam-se imprescindíveis ações de solidariedade para aqueles grupos e povos que estão em situação de maior vulnerabilidade neste período de pandemia, aliadas a políticas que visem a garantia dos direitos constitucionais. Torna-se necessário, também, encontrar formas de fortalecer as lutas por direitos, por políticas públicas diferenciadas e pela proteção ao meio ambiente e aos territórios. Graças à articulação dos povos indígenas com outras comunidades tradicionais, com entidades indigenistas, movimentos sociais, populares, de direitos humanos, no Brasil e no exterior, vem ocorrendo, nestes tempos sombrios, gestos e ações que mobilizam apoios concretos no combate à fome e na luta pela garantia da vida dos povos indígenas. u

* **Roberto Antônio Liebgott** é missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Formado em filosofia e direito

Em reunião da ONU sobre a pandemia, Cimi denuncia descaso do governo brasileiro com indígenas

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

Em intervenção durante reunião virtual do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas no dia 30 de abril, com o tema *Diálogo com os Procedimentos Especiais no Contexto da Covid-19*, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) fez duras críticas à ineficácia e medidas controversas do governo brasileiro no enfrentamento à pandemia entre os povos indígenas do país.

O encontro ocorreu no período da manhã, horário de Brasília, e contou com a presença de entidades e governos de todo o mundo. Para o Cimi, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), falta um plano de contingência para evitar ao máximo o contágio das comunidades indígenas. Também a criação de categorias inexistentes na legislação, como a distinção entre “aldeados” e “não aldeados”.

“Lamentavelmente, no Brasil, o governo federal não está apenas desconsiderando as obrigações positivas de cuidados especiais com os povos indígenas, mas também interferindo nas liberdades dos povos indígenas durante a pandemia. Nos dois casos, os efeitos desastrosos sobre esses povos são incalculáveis”, diz trecho do pronunciamento lido pelo representante da entidade na reunião, Paulo Lugon.

O Cimi denunciou às Nações Unidas que no lugar de adotar medidas cabíveis e eficientes para enfrentar a pandemia do novo coronavírus entre os povos indígenas, o governo brasileiro publicou, através da Fundação Nacional do Índio (Funai), a Instrução Normativa nº 9. A medida tem um potencial catastrófico.

A Instrução permitirá que qualquer uma das 237 terras indígenas em procedimento administrativo anterior à homologação sejam consideradas imóveis privados. O instrumento retira ainda as terras não homologadas do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), cadastro do Inbra com dados oficiais sobre os limites dos imóveis rurais.

Dessa maneira, as terras não homologadas poderão ser cadastradas no Sigef como propriedade rural privada. “Favorece a titulação de proprietários em terras indígenas, mesmo que o processo de demarcação esteja em estágio avançado, violando a constituição e o direito internacional do Brasil”, disse o Cimi no informe à ONU.

No informe o Cimi também comunicou que “o recém nomeado ministro da Justiça (André Mendonça), pastor de igreja pentecostal, pode favorecer o desejo do governo e aliados de converter comunidades sem contato. O novo ministro da Saúde tem tendência a privatizar os serviços de saúde indígenas, arriscando sua acessibilidade”.

A situação mais grave envolvendo os povos indígenas é em Manaus. De acordo com levantamento realizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab) já são 16 mortes por covid-19 confirmadas até esta terça. Destes óbitos, apenas cinco estão nos boletins da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Ocorre que o órgão do Ministério da Saúde só contabiliza casos entre indígenas considerados “aldeados”, aqueles que vivem em terras indígenas afastadas dos centros urbanos. Os considerados “não aldeados” ficam de fora das estatísticas, não recebem kits de testes e são lançados ao colapso do sistema de saúde pelo qual passa a capital do Amazonas.

Povos indígenas resistem e ATL virtual

Para as Nações Unidas, o Cimi reportou que “os povos indígenas estão se organizando, tomando medidas de auto-proteção e compartilhando informações relevantes sobre saúde. A edição deste ano do Acampamento Terra Livre, o maior evento indígena do Brasil, acontece nas mídias sociais”.

São dezenas de barreiras sanitárias criadas em vias de acesso às terras indígenas e mobilização da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Povos Indígenas, presidida pela deputada federal Joênia Wapichana, para garantir insumos sanitários, kits de teste para covid-19 e leitos hospitalares.

O momento também tem sido de muita denúncia por parte dos indígenas: “enquanto a gente está de quarentena, lutando para os povos ficarem nos territórios, nós vemos



Foto: povo Pataxó

Pataxó barraram rodovia na região da Terra Indígena Comexatibá para proteger suas aldeias da contaminação por covid-19

o aumento das invasões. Em um mês, foi um aumento de 29,3% do desmatamento. Isso são dados do Inpe”, disse Sônia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), durante o ATL 2020, que aconteceu de forma virtual.

Nesta quinta também se encerrou o atual mandato da Relatoria Especial da ONU para os Povos Indígenas. O Cimi expressa “sincera gratidão ao trabalho de Victoria Tauli-Corpus por sua grande contribuição durante seu mandato e deseja todo o sucesso a José Francisco Calí Tzay, como novo relator”.

Governo brasileiro ataca relatores da ONU

Na semana passada, relatores da ONU denunciaram o governo brasileiro diante do que chamam de “políticas irresponsáveis” durante a pandemia da covid-19. Conforme artigo de Jamil Chade, o especialista em direitos humanos e dívida externa Juan Pablo Bohoslavsky e o relator especial sobre pobreza extrema Philip Alston declararam que “a epidemia ampliou os impactos adversos de uma emenda constitucional de 2016 que limitou os gastos públicos no Brasil por 20 anos”.

O Cimi denunciou às Nações Unidas que no lugar de adotar medidas cabíveis e eficientes para enfrentar a pandemia, o governo brasileiro publicou instrução restringindo direitos

Seguiram: “os efeitos são agora dramaticamente visíveis na crise atual”. A declaração conjunta foi endossada por outros cinco relatores, além do Grupo de Trabalho da ONU sobre discriminação contra mulheres e meninas. A reação do governo brasileiro fez o Itamaraty abandonar a diplomacia e partir para um ataque agressivo.

Nesta quinta, durante a reunião do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a embaixadora do Brasil Maria Nazareth Farani Azevedo não deu nenhum detalhe de como o Brasil tem agido e novamente atacou os relatores da ONU dizendo que eles ignoravam as vítimas da pandemia em busca de confronto com o governo brasileiro.

A prática é comum na estratégia bolsonarista durante esta crise sanitária: ao mesmo em que o governo não toma medidas adequadas e protocolares para enfrentar a pandemia, minimizando mortes e apostando no tensionamento, seus integrantes atacam os críticos de tal postura acusando-os de usar o drama vivido pelas pessoas para fazer política.

“Certamente não é o momento para os procedimentos especiais tentarem usar essa pandemia e a tragédia de tantas famílias (à medida que perdem seus entes queridos) como uma oportunidade de avançar em suas próprias agendas”, discursou a embaixadora numa tentativa de transformar o governo brasileiro em vítima.

Maria Nazareth afirmou que “há muita coisa acontecendo no Brasil na área da saúde, proteção social, direitos humanos (atenção às pessoas vulneráveis; combate à violência contra as mulheres, etc.)”, mas não citou nenhum exemplo tomando quase todo o tempo de sua fala com críticas aos relatores da ONU.

A embaixadora destacou que “este é um momento não para enfrentar, mas para confortar”. Enquanto isso, no

Brasil, o presidente Jair Bolsonaro enfrenta a única medida até agora efetiva de combate à pandemia do novo coronavírus: o confinamento horizontal, além de gerar sucessivas crises políticas. Bolsonaro tem incentivado carreatas contra a medida e participado de aglomerações públicas, sendo uma delas em defesa de um golpe militar.

O Brasil, conforme dados do Ministério da Saúde, chegou a 85.380 casos confirmados de covid-19 e 5.901 mortos nesta quinta. O país superou a China, marco zero da pandemia, e está em 10º no ranking mundial. O presidente, questionado sobre estes números crescentes de casos e mortes, ontem, respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”. ♦



O representante do Cimi, Paulo Lugon, reportou à ONU a situação dos povos indígenas no Brasil em meio à pandemia

Decisões judiciais suspendem despejo e retiram pressão de empreendimentos contra Terra Indígena

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, suspendeu em abril uma reintegração de posse na Terra Indígena Comexatiba, no Distrito de Cumuruxatiba (BA), estendendo a decisão para outras três áreas alvos de processos judiciais de despejo. Em São Paulo, a Justiça Federal impediu a construtora Tenda de seguir com projeto de condomínio fechado em área de Mata Atlântica, impactando a Terra Indígena Jaraguá e o Parque Estadual do Jaraguá.

As decisões judiciais, em meio à pandemia do novo coronavírus, barram pressões externas de empreendimentos imobiliários e deixam mais seguras comunidades Pataxó e Guarani Mbya. Na Bahia, o assédio parte do turismo de luxo com a construção de resorts. O despacho do STF mantém os Pataxó na terra. No caso dos Guarani Mbya, em São Paulo, a decisão fortalece o direito de consulta, pois os indígenas serão afetados pela ocupação urbana com a subida de prédios na área.

Em face da conjuntura desfavorável aos povos indígenas, com determinações recentes do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o delegado da Polícia Federal Marcelo Augusto Xavier da Silva, retirando a Procuradoria do órgão indigenista de ações judiciais pela manutenção dos povos indígenas em seus territórios, e até anulando demarcação em plena pandemia, são duas notícias de embate ao desmonte da política indigenista promovida pelo atual governo.

No caso dos Pataxó de Comexatiba, as tentativas de reintegração de posse se intensificaram nos últimos sete anos. Os pedidos de despejo são impetrados por empresários, políticos e fazendeiros que reivindicam propriedades dentro da Terra Indígena. Sobreposta pelo Parque Nacional do Descobrimento, outros pedidos foram levados à Justiça pelo Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio).

Lideranças Pataxó ouvidas pela reportagem, que não revelamos a identidade por motivos de segurança, têm reportado uma onda de ameaças e constrangimentos ilegais que se associam de forma misteriosa às movimentações judiciais de despejo. “Chegam a ir na casa da gente, ou chegam a mandar pessoas, pra avisar que é melhor sair numa boa. Se não sairmos por bem, eles dizem, vamos sair na bala. Basta esse juiz de Teixeira de Freitas determinar despejo que intensifica”, conta indígena Pataxó ouvido.

A estratégia deste grupo de indivíduos que pretende seguir esbulhando o território Pataxó, presumem os Pataxó, envolve ações judiciais, dentro da legalidade, enquanto ações fora da lei são praticadas, amparadas por um poder local coercitivo e não oficial, mantendo os indígenas em um contexto opressivo e claustrofó-



Em março de 2016, uma reintegração de posse ameaçou a vida dos Pataxó de Comexatiba. Decisão foi revertida pouco antes de ser cumprida



Anúncio de acordo com a PIM teve avaliação positiva pelos indígenas: não houve violência e ocupação continua

No caso dos Pataxó de Comexatiba, os pedidos de despejo são impetrados por empresários, políticos e fazendeiros que reivindicam propriedades dentro da Terra Indígena

bico. “A nossa decisão é permanecer em nossas terras. Vamos enfrentar o que for, mas do nosso chão a gente não sai”, contrapõe o Pataxó.

Decisão estendida a outras áreas

O caso vem sendo acompanhado pela assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) desde 2013, quando ocorreu a primeira tentativa de despejo dos Pataxó pela Vara Única da Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas (BA). Várias ações em defesa dos Pataxó foram impetradas. O assessor jurídico do Cimi Adelar Cupsinski explica que a Procuradoria-Geral da República (PGR) ingressou com nova ação no STF pedindo a atual suspensão da reintegração, decidida por Dias Toffoli no último dia 6 de abril.

Desde 2015, quando a ministra Cármen Lúcia suspendeu anterior despejo para a mesma área determinado pela Vara de Teixeira de Freitas, a PGR

pedia ao STF que estendesse a anulação da decisão para o Loteamento Paraíso (processo nº 0004488-94.2014.4.01.3313/BA), Fazenda Taj Mahal (processo nº 0005445-27.2016.4.01.3313/BA) e Lote 67-A do Projeto de Assentamento Cumuruxatiba (processo nº 0003907.79.2014.4.01.3313/BA).

Na ocasião, a ministra Cármen não deferiu o pedido da PGR alegando haver poucas informações para estender a decisão a estes outros processos. “O PGR apresentou nova manifestação nos autos, requerendo a juntada de vasta documentação, para comprovar que os processos objeto do pedido de extensão referem-se a casos idênticos ao exposto quando do requerimento inicial da suspensão. Com fundamento na nova documentação, a PGR pleiteou a reconsideração da decisão do pedido de extensão”, explica o assessor jurídico do Cimi.

Desta vez, Dias Toffoli estendeu o veredito final aos demais processos do Loteamento Paraíso, Fazenda Taj Mahal e Lote 67-A, de igual modo: “defiro os pedidos de extensão postulados para que os efeitos da presente decisão alcancem aquelas proferidas nos autos”. Para o presidente do STF, os autos processuais atestam conflito nas três áreas e que estas estão inseridas nos estudos antropológicos já realizados por ato administrativo do governo federal.

Ao analisar o novo pedido da PGR, o presidente do STF manifestou ainda posição de que a “Constituição Federal garante às comunidades indígenas o



Indígenas Guarani Mbya em protesto na defesa da Terra Indígena Jaraguá

direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam, prevendo, expressamente, o direito de posse permanente e a nulidade e extinção de atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere (art. 231, §§ 2º e 6º)”.
 “Dias Toffolli argumentou que os estudos preliminares indicam que a propriedade objeto da disputa está inserida na área de ocupação tradicional da etnia Pataxó, não sendo prudente autorizar a retirada forçada dos indígenas do local. Ele baseou toda a argumentação no artigo 231 da Constituição, de maneira enfática”, analisa Cuspinski.

O assessor jurídico complementa que o parágrafo 5º do artigo 231 veda a remoção de comunidades indígenas. “Agora com essa decisão as comunidades estão mais protegidas neste período de pandemia, da necessidade do confinamento nas aldeias e nos territórios, e está vedada a remoção até o trânsito em julgado da ação de reintegração de posse proposta na primeira instância”, encerra.

Dano ao meio ambiente e ao direito indígena

No dia 7 deste mês, a 14ª Vara Cível Federal de São Paulo suspendeu por tempo indeterminado qualquer autorização de atividade da construtora Tenda em área limítrofe à Terra Indígena Jaraguá, também zona de amortecimento do Parque Estadual do Jaraguá. A Justiça Federal admite que há irregularidades e controvérsias na autorização do empreendimento a partir da ação de Tutela Cautelar Antecedente ajuizada pela Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE) em face tanto do município quanto da Tenda.

A DPU e da DPE argumentam que o empreendimento remove a fauna e flora do local em uma região de Mata Atlântica preservada e protegida, com impactos também à vida da comunidade Guarani Mbya. A assessora jurídica da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), a advogada Gabriela Araujo Pires, afirma que a decisão reconhece o direito ao território, o direito ambiental às terras indígenas e reconhece que devem ser observadas as normas específicas a terras limítrofes aos territórios indígenas.

“É uma decisão a ser comemorada porque a decisão atesta o direito à consulta e de que há grave risco de dano ao meio ambiente e ao direito indígena. Em meio a esse contexto político, em que o presidente da Funai publica portarias que anulam processos demarcatórios, é

uma decisão importante e bem fundamentada a partir da argumentação da DPU e DPE”, afirma a assessora jurídica.

A CGY representa o povo Guarani do Sul e do Sudeste do país. Gabriela entende que com a posição recente da Funai, direitos constitucionais vêm sendo mitigados. Ela cita a anulação do processo demarcatório da Terra Indígena Guasu Guavirá, no oeste do Paraná. “Iniciado há quase dez anos, o procedimento demarcatório da Guasu Guavirá ocorre em zona de conflitos intensos. Então uma decisão que resguarda direitos indígenas é para se comemorar, sim”, analisa.

A partir de agora os prazos processuais foram suspensos devido às recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em decorrência da pandemia. Nessa decisão do dia 7 de abril, a Justiça Federal suspendeu todos os prazos, “mas tecnicamente os prazos voltando a correr o município de São Paulo deve oferecer contestação à decisão e a DPU e DPE devem aditar ao pedido inicial possíveis novos pedidos relativos a essa decisão”, explica Gabriela.

As entidades aceitas no processo pela decisão da Justiça Federal, caso da Funai, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), entre outras, serão ouvidas e as manifestações estudadas e analisadas. Pode haver ainda novas decisões interlocutórias da Vara decidindo inclusive pela manutenção da decisão e até mesmo estabelecendo novas restrições.



Indígenas Guarani Mbya da Terra Indígena Jaraguá durante protestos por demarcação em Brasília

Ocupação e reintegração de posse

Era esperado que a decisão da Justiça Federal sanasse o conflito de interesse provocado por uma decisão de reintegração de posse proferida pela Justiça Estadual, e executada no dia 10 de março, onde a Polícia Militar e os Guarani Mbya chegaram a um acordo pela desocupação pacífica do canteiro aberto pela construtora Tenda na área sob litígio.

“A decisão deixou de deferir sobre o conflito de competência com a Justiça Estadual, referente à reintegração de posse promovida pela construtora Tenda. Foi efetivada de forma pacífica e voluntária, mas houve sim a emissão do mandato e há ainda continuidade ao não reconhecer esse conflito positivo, não evoca (a Justiça Federal) para si a competência para julgar essa reintegração”, entende a assessora da CGY.

De qualquer forma, a assessora explica que na decisão a Justiça Federal entende que o juízo pode voltar a tratar de temas como esse. Um outro tema que poderá ser retomado é o pedido das defensorias pela realização de um estudo interdisciplinar a ser realizado pelo Centro de Estudos Ameríndios (CEstA) da Universidade de São

A DPU e da DPE argumentam que o empreendimento remove a fauna e flora em uma região de Mata Atlântica preservada e protegida, com impactos à vida da comunidade Guarani Mbya

Paulo (USP) na área do litígio para demonstrar a importância dele ao povo Guarani Mbya e os impactos a serem gerados pelo projeto da construtora.

“Há de se mencionar e destacar o fundamento usado pela juíza: afirma que há sim grave risco de dano ao meio ambiente e direito indígena, evocando o princípio da precaução: qualquer ação que possa ser prejudicial, se faz necessária a precaução, se antecipando e evitando qualquer dano que possa ser irreparável”, explica Gabriela.

As defensorias Federal e Estadual demonstram ao longo da ação que há uma enorme gama de irregularidades prévias à autorização do empreendimento por parte da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo. Apontam que não houve licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental desconsiderando a área como zona de amortecimento do parque Estadual do Jaraguá, o que exige normas e restrições específicas que não foram respeitadas.

Não houve também comunicação e envolvimento com a Funai e a realização de oitiva junto à comunidade indígena, que tem o direito de ser ouvida e de participar do processo de autorização do empreendimento já que a

área é limítrofe e afeta a comunidade de forma direta. As próprias lideranças indígenas denunciaram a movimentação da Tenda no local ao Ministério Público Federal (MPF).

Os procuradores, a partir da denúncia, solicitaram a suspensão de qualquer manejo arbóreo na área e anexaram ao processo “um laudo muito denso, muito profissional, realizado pelo Ministério Público de São Paulo, que demonstra que há presença extensiva de Mata Atlântica no local e que a construtora, ao iniciar o empreendimento, desmatou 80% dessa mata. A juíza concedeu a tutela a essa ação civil pública e suspendeu o manejo arbóreo da área”, afirma a assessora da CGY. ♦

Barreiras sanitárias: o novo normal na defesa dos territórios

Por Renato Santana e Tiago Miotto, da Assessoria de Comunicação – Cimi

Os povos indígenas têm adotado medidas próprias para conter a chegada da pandemia do novo coronavírus nas aldeias. As barreiras sanitárias se multiplicam país a fora como uma forma de controlar o acesso às terras indígenas e evitar ao máximo o contágio nas comunidades.

A atual gestão da Fundação Nacional do Índio (Funai), por sua vez, entende que as barreiras são inapropriadas, chegando ao ponto de fazer ações contrárias a elas nas redes sociais. A sugestão é que os indígenas apenas fiquem em casa, ignorando as invasões territoriais promovidas por madeireiros, fazendeiros, caçadores e grileiros.

Ocorre que o órgão indigenista do Estado, enquanto criminaliza a autoproteção indígena, havia gasto até o dia 22 de abril pouco mais de R\$ 1 milhão dos R\$ 10,8 milhões enviados à Funai pelo governo federal para a proteção das aldeias ao novo coronavírus. Estes 10% foram usados para a compra de caminhonetes.

Em 28 de maio, segundo dados do Siop, o montante destinado ao combate à covid-19 aumentou para R\$ 23 milhões, mas apenas 18% desse valor foi utilizado – cerca de R\$ 3 milhões além do que já havia sido gasto com os veículos.

Também a Funai não apresentou nenhum plano emergencial e tampouco calendário de distribuição de cestas básicas, monitoramento e intervenções junto aos demais órgãos do Poder Executivo para atender demandas nas bases, como a atenção aos indígenas em contexto urbano não assistido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Conforme levantamento do site De Olho nos Rurais, 23 povos indígenas levantaram barreiras sanitárias, em doze estados, até metade do mês de abril. O número aumentou desde então. A Rede de Monitoramento dos Direitos Indígenas de Pernambuco (Remdipe) lista barreiras sanitárias nas terras indígenas dos povos Xukuru, Pankará, Kambiwá, Kapinawá, Pankararu, Entre Serras – Pankararu, Truká, Pankará Serrote dos Campos, Atikum e Fulni-ô.

“Cada povo tem uma forma diferente de fazer a barreira sanitária. Em alguns lugares há barreiras em algumas aldeias, em outras na aldeia inteira. Algumas aldeias são tão pequenas que só há uma entrada, então não listamos”, explica a antropóloga Lara Erendira Andrade.

No Ceará, os Tapeba e os Anacé, cujas terras estão loca-



Bloqueio na Terra Indígena Kraolândia, onde indígenas denunciam a presença de invasores e caçadores clandestinos

“Colocamos uma corrente, está fechado. Só vamos à cidade de quinze em quinze dias, e quando vamos na rua, usamos máscara”

locais, mas mantiveram as medidas de autoproteção.

Pelo menos cinco aldeias Pataxó da Terra Indígena (TI) Comexatibá estabeleceram barreiras de autoproteção, para impedir o fluxo de turistas, que mesmo sob a pandemia insistiam em cruzar o território indígena para acessar as praias da região. Na TI Barra Velha, os Pataxó também realizaram bloqueios em aldeias e estradas, preocupados com o crescimento dos casos nos municípios da região.

lizadas no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, também ergueram bloqueios em seus territórios. Em Alagoas, os Xukuru-Kariri também fizeram barreiras e os Xocó, de Sergipe, aproveitaram a barreira para distribuir insumos sanitários ao povo. Na Bahia, os Pataxó, Tuxá e os Tupinambá de Olivença sofreram críticas dos poderes

No caso dos Tupinambá, desde o dia 20 de março os indígenas interditam as estradas BA-668 e BA-669 que dão acesso à Terra Indígena Tupinambá de Olivença, localizada entre os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, no litoral sul da Bahia. No caso da barreira sanitária interposta na estrada que dá acesso à aldeia de Serra do Padeiro, a polícia chegou a ir ao local para liberar a via à força, mas não obteve sucesso.

O mesmo ocorreu na TI Xakriabá, em Minas Gerais, onde uma ação da polícia militar desrespeitou a barreira erguida pelos indígenas em seu território. “Se essa epidemia chegar aqui, o Estado precisa ser responsabilizado, porque eles estão desrespeitando nossa organização contra o coronavírus”, cobrou o cacique Santos Xakriabá.

No Tocantins, os Kraho detiveram um carro com munições de arma de fogo numa das barreiras da TI Kraolândia, onde também denunciam a presença constante de invasores. Os povos Apinajé e Kraho-Kanela também estão entre os que realizam barreiras no estado.

“Na entrada do território, colocamos a *icat xê xâ*, que é uma saia de palha grande, para evidenciar que a

Assine o

PORANTIM



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
 SKYPE: Adm Jornal Porantim
 www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Foto: Ingrid Agohó Pataxó



Bloqueio do povo Pataxó na aldeia Mucugê, Terra Indígena Comexatibá

Foto: Wagner Katamy Krahô-Kanela



Barreira na Terra Indígena Krahô-Kanela: homem armado tentou forçar entrada em barreira para ameaçar indígenas

área estava fechada. Mas isso não foi suficiente. Então, colocamos uma corrente, está fechado. Só vamos à cidade de quinze em quinze dias, e quando vamos na rua, usamos máscara”, explica Wagner Krahô-Kanela, liderança da terra indígena localizada no município de Lagoa da Confusão.

“Colocamos a barreira para conscientizar especialmente quem vem de fora, para que se previna e não aconteça como já aconteceu na chegada deles [brancos]”, afirma Erileide Domingues, liderança Guarani Kaiowá da TI Guyraroka, no Mato Grosso do Sul. Em Caarapó, na reserva Te'yikue, os Guarani e Kaiowá também estão controlando o acesso de não indígenas com barreiras.

Ausência de políticas públicas

Para Dinamam Tuxá, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), as barreiras sanitárias estão sendo feitas pela ausência do Estado, na medida em que o governo federal, mesmo antes da pandemia, despreza a proteção aos territórios indígenas com baixíssima execução orçamentária ou qualquer cuidado especial às populações que correm o risco de genocídio em caso de proliferação descontrolada da doença nas aldeias.

“A barreira sanitária é um dos instrumentos que traz uma certa segurança para a comunidade em termos de deslocamento, saber quem entra e quem sai. Isso por si só não combate o coronavírus. Precisa ter a comunidade seguindo as orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde)”, analisa Dinamam.

“O que nos traz uma maior segurança da eficácia da barreira é que ela assegura que os indígenas permaneçam dentro dos territórios. Quem for sair passa informações e controla o fluxo de pessoas não desejadas nas comunidades. Serve de orientação”, explica o integrante da coordenação da Apib.

Dinamam defende que as barreiras poderiam servir para fazer testes em parceria com a Sesai. “Isso não acontece porque o governo não entende assim, ao contrário. Então temos de suprir a ausência do Estado que não tem plataforma de ação construída, plano não construído. As barreiras são mais uma medida ao alcance dos povos indígenas para amenizar esse impacto”, diz.

As barreiras têm servido também para ações de conscientização e educação sanitária. “As barreiras educam, passam as orientações da OMS e organizações indígenas. Proíbe e inibe a entrada de pessoas estranhas”, completa.

“Temos de suprir a ausência do Estado, que não tem plataforma de ação construída. As barreiras são mais uma medida ao alcance dos povos indígenas para amenizar esse impacto”

Funai transforma indígenas em problema para a sociedade

Para a assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em parecer, a posição da Funai contrária às barreiras sanitárias conflita com a orientação da decisão do ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu medida cautelar para vedar a circulação de qualquer campanha que sugira que a população deve retornar suas atividades plenas ou que expresse que a pandemia constitui evento de pouca gravidade.

O alerta da Funai contrários às barreiras sanitárias em estradas pelos indígenas “não reflete a realidade vivenciada nas aldeias, não atende aos princípios constitucionais sobre os direitos indígenas e aos cuidados indispensável para evitar a disseminação da doença no interior das aldeias”, diz trecho do parecer.

No informe da Funai há um alerta para que os indígenas não realizem bloqueios nas estradas de acesso às aldeias, durante a pandemia do novo coronavírus, pois já havia suspenso as autorizações de entrada em terras indígenas no mês de março.

No entanto, acumulam-se notícias de que madeireiros, invasores de terras, pescadores e garimpeiros aceleraram o avanço sobre as terras indígenas sem nenhum constrangimento ou impedimento dos órgãos públicos.

“A notícia, disponível no site da Funai, demonstra, no mínimo, dubiedade com sua missão fundamentada na legislação brasileira. Este jogo de palavras ou tergiversação, inicialmente, não deixa de ser contraditório, pois busca publicizar que os indígenas, em plena pandemia que assola o país, estão promovendo bloqueios de estradas, comprometendo a circulação de pessoas e o abastecimento do

país. E assim a Funai aponta as comunidades indígenas como sendo eventualmente responsáveis por parte dos problemas da sociedade envolvente”, analisa o parecer.

Para os assessores jurídicos do Cimi, “as populações indígenas encontram-se inseridas no grupo de risco da covid-19, a política de isolamento social deve ser reforçada, sendo incabível a Funai interferir na política de controle de acesso das aldeias adotada pelas comunidades indígenas, baseada na autonomia concedida pela Constituição Federal de 1988”.

O parecer lembra ainda que a Constituição reconhece aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, competindo à União demarcar e proteger as terras tradicionais e os seus bens.

“A política de isolamento social deve ser reforçada, sendo incabível a Funai interferir na política de controle de acesso das aldeias adotada pelas comunidades”

Enquanto boa parte das ações de proteção, conscientização e cuidado dependem da iniciativa das próprias comunidades indígenas, da ação de apoiadores e da disposição de servidores e equipes que trabalham sem os recursos necessários, a pandemia segue avançando de forma devastadora sobre as aldeias.

Segundo levantamento que vem sendo mantido pela Apib, por meio do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, 71 povos indígenas já foram afetados pelo novo coronavírus e pelo menos 147 indígenas faleceram em função da doença. O número é três vezes maior do que o registrado pela Sesai. ♦

Foto: Otaniel Guarani Kaiowá



Barreira na reserva Te'yikue, em Caarapó, Mato Grosso do Sul

Deputada Joênia Wapichana defende fiscalização e controle de ações do governo no combate à covid-19

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

A presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, a deputada federal Joênia Wapichana (Rede/RR), declarou em entrevista coletiva nesta quinta-feira (9), realizada por videoconferência, que há o risco iminente de genocídio de populações indígenas caso o novo coronavírus entre nas aldeias e comunidades, sobretudo nas terras indígenas com povos de pouco ou recente contato.

Conforme a deputada, durante reunião ocorrida mais cedo, o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) mostraram concordância com as consequências catastróficas que a proliferação da doença, a Covid-19, pode gerar nas comunidades indígenas. Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas (ONU) esteve presente na reunião.

Para a parlamentar, o governo federal se atrasou na elaboração de um plano emergencial para os povos indígenas no enfrentamento à pandemia, mas entende que ele está em construção e contando com a participação de organizações indígenas e da própria Frente Parlamentar.

Com o intuito de acompanhar a formatação, que é feita em meio a ações já em curso e envolvendo diversos órgãos do Poder Executivo, Joênia trabalha no Congresso Nacional para aprovar uma Proposta de Fiscalização e Controle na formulação e aplicação das

A deputada Joênia Wapichana é a presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas



medidas governamentais para atender os indígenas enquanto durar a pandemia.

Os parlamentares da Frente Mista têm apresentado projetos de lei (PL). Uma das principais preocupações envolve a segurança alimentar e a chegada de cestas básicas nas comunidades. Joênia inclusive foi coautora de ao menos três deles e esteve próxima de um PL que pretende garantir a merenda escolar aos estudantes durante o confinamento. Como há muitos estudantes indígenas, a parlamentar pretende participar e garantir que a merenda chegue até eles.

“Na reunião de hoje o presidente da Funai (Marcelo Augusto Xavier da Silva) garantiu que há um

Para a parlamentar, o governo federal se atrasou na elaboração de um plano emergencial para os povos indígenas no enfrentamento à pandemia

plano de contingência para a distribuição das cestas básicas (...) nosso trabalho é para que esses planos não fiquem na ideia ou no papel. Queremos entender como funciona o plano e como será executado. Ele disse que a partir de segunda começa a ser executado”, afirma a parlamentar.

Joênia apresentou ainda o PL 1299/20, que altera a Lei 8080, de 19 de setembro de 1990. A lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

“O objetivo é justamente definir o mecanismo de financiamento específico em saúde aos povos indígenas, o fortalecimento da rede SUS (Sistema Único de Saúde) e medidas emergenciais para o enfrentamento a epidemias e calamidades públicas em terras indígenas”, explica Joênia.

A estratégia tem sido aproveitar o caráter da Frente Mista e apensar os projetos nas duas casas, Câmara e Senado, de forma concomitante. “Estamos na expectativa que a casa aprecie as proposições e elas sejam pautadas. É um desafio porque há muitas propostas, projetos, mas achamos que o atendimento aos povos indígenas é emergencial e precisa ser diferenciado”. Outra estratégias são reuniões periódicas.

“Nas reuniões da Frente Mista é necessário somar esforços, estamos buscando uma pauta positiva, inclusive organizações indígenas estão participando. São reuniões com a Funai, MPF, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Caixa Econômica Federal. Em uma delas o Mandetta teve presente. Todos vão na linha que reconhecem que os povos indígenas são parte de um grupo de risco e vulneráveis”.

“Aldeados” e “não aldeados”

Dos 21 casos suspeitos para Covid-19, oito foram confirmados por testes e em dois outros casos os pacientes foram a óbito. Tratam-se de um indígena Mura e de uma anciã Baré. “A Sesai não atestou as mortes porque considera que (as vítimas) vivem em centros urbanos”, diz Joênia.

Sobre a diferenciação entre indígenas “aldeados” e “não aldeados”, contrariando a Constituição Federal e recente orientação do Ministério Público Federal (MPF), a parlamentar disse que o secretário da Sesai, Robson Santos da Silva, alegou que existe uma dificuldade de saber quem é ou não é indígena.



Maloca de indígenas em isolamento voluntário na Terra Indígena Yanomami. Já há casos de contaminação por Covid-19 entre os Yanomami

Foto: Leonardo Milano/Mídia Ninja



Joênia participa da Grande Assembleia Terena, no Mato Grosso do Sul, ao lado do advogado Luís Eloy Terena. Parlamentar é contra diferenciar indígenas “aldeados” de “não aldeados”

“A gente ouviu o secretário da Sesai e tem um desafio de legislação, a Constituição não difere, mas existe uma dificuldade do Estado de prestar esse serviço. O secretário foi nessa linha, da dificuldade de saber quem é indígena ou não. Aí tem gente dizendo que é indígena e não é”, afirma.

Para a parlamentar, é preciso que o subsistema público de saúde atenda de forma diferenciada todos os indígenas “sem discriminação”. “Os aldeados eles consideram aqueles em áreas de demarcação. Mas precisa ser atendido sem discriminação. O que estamos encaminhando agora é que não ocorra discriminação”.

A diferenciação é uma interpretação exclusiva do governo federal. Não está expressa na Constituição ou em qualquer outra lei. Conforme o secretário da Sesai explicou à reportagem, os indígenas considerados “não aldeados”, o que a legislação denomina como indígenas em contexto urbano, serão atendidos e computados em estatísticas pelo SUS convencional. Já os “aldeados”, os que em tese estariam no meio rural, pela Sesai.

Na reunião desta quinta, o secretário da Sesai informou que 6.300 kits de testes foram enviados aos Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI) e também uma primeira remessa de equipamentos de proteção, como máscaras, luvas e roupas especiais. Joênia afirma que o secretário tem buscado o diálogo com a Frente Mista e demais organizações indígenas.

Funai pede ajuda

O presidente da Funai, durante a reunião, pediu ajuda à Frente Parlamentar Mista para brigar por recursos para o órgão indigenista, admitindo um déficit no órgão, e pela realização de concurso público. “O presidente nos disse que há 1700 servidores e que o órgão precisaria de 3500 (...) o órgão que cuida de 13% do território nacional está completamente sucateado”, disse Joênia.

Para a parlamentar está demonstrando como as dificuldades para impedir invasões nas terras indígenas envolve este processo de sucateamento, que não só pode levar destruição aos territórios como também a Covid-19 em suas proporções mortíferas. “Então apresentamos a preocupação com o aumento de invasões a terras indígenas. Esse período de crise não fez frear as invasões dentro das terras indígenas buscando explorar recursos naturais”, diz.

Sobre a diferenciação entre indígenas “aldeados” e “não aldeados”, a parlamentar disse que o secretário da Sesai alegou que existe uma dificuldade de saber quem é ou não é indígena

“Recebemos denúncias de invasões nas terras indígenas Raposa Serra do Sol (RR), Yanomami (RR) e Mundurucu (PA). Teve o assassinato do Zezico na Terra Indígena Arariboia (MA), do povo Guajajara, que Sônia (Guajajara, da Apib) tem denunciado. Com certeza deve haver outras”. Há recentes denúncias nas terras indígenas Karipuna, em Rondônia, Vale do Javari, no Amazonas, e Xakriabá, em Minas Gerais.

Joênia acredita que neste momento o presidente Jair Bolsonaro está isolado em seu negacionismo imanente. Entende que há diálogo com outros setores do governo

que entendem a gravidade da situação e estão trabalhando pelo isolamento social, garantia de atendimento das aldeias pelo sistema de saúde e segurança alimentar. No entanto, defende, é preciso cobrar e fiscalizar.

“O presidente tem feito de uma forma clara e pública que ele não segue as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde). Por outro lado, o Ministério da Saúde, a Funai e Sesai destacam que não é essa a política. Respeitam e implementam as orientações da OMS e o isolamento social. A Sesai tem reforçado a comunicação para que os indígenas mantenham o isolamento social. O MPF também tem feito orientações nesse sentido”.

Emergência nas aldeias e leitos hospitalares

Além da segurança alimentar, outra preocupação da Frente Parlamentar Mista é com a oferta de leitos hospitalares. Para Joênia, não há leitos disponíveis para a população de um modo geral; imagina aos indígenas. Então ela tem atuado para que os governos federal e estaduais criem alternativas. Ela cita o próprio estado, Roraima.

“Em Roraima há 18 leitos de UTI. O governador (Antonio Denarium – PSL) declarou que quer aumentar para 55. Mesmo assim ainda é pouco. Tem ainda a questão dos indígenas venezuelanos. Então o Exército está construindo um hospital de campanha e garantiu que haverá vagas para os indígenas. Não será apenas para os indígenas, mas os atenderá. A preocupação é aumentar a oferta de leitos aos indígenas”, explica.

A garantia de leitos, explica a parlamentar, deve vir acompanhada da disponibilidade de equipamentos de segurança, máquinas de ventilação respiratória, a questão da segurança alimentar. “O ministro da Saúde reconheceu que existe essa preocupação, que hoje isso tudo está em dificuldade de conseguir, aí é necessário reforçar essa prevenção, o confinamento social, para que o sistema dê conta”.

Joênia ressalta que a preocupação maior é com os estados e os municípios. “Como os estados vão receber os indígenas, como os municípios vão receber. Precisamos ter um plano pra baixa e alta complexidade. Estamos trabalhando nisso (...) A nossa pauta deve ser positiva, por mais que saibamos dos problemas deste governo, agora é a hora de garantirmos a alimentação, a água nas aldeias, os equipamentos de proteção, os leitos, a proteção das terras indígenas”. ♦

Foto: Cabo Francilaine/Operação Acolhida



Hospital de campanha do Exército em Roraima deverá abrigar indígenas que necessitem de internação para os casos da Covid-19 em que o paciente não possa voltar para a aldeia



Indígenas Guarani Mbya recebem cestas básicas entregues pelo Cimi, MTST, Rede de Soberania Alimentar e Amigos da Terra

Justiça condena União, Funai e Estado do Rio Grande do Sul a entregar cestas básicas e insumos sanitários

Por Assessoria de Comunicação – Cimi

Para evitar danos graves e de difícil reparação em meio à pandemia do novo coronavírus, a 9ª Vara da Justiça Federal determinou que a União, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Estado do Rio Grande do Sul providenciem e entreguem 7.169 cestas básicas, insumos sanitários e assistência médica a pelo menos 6 mil famílias indígenas.

Também determinou a inserção das famílias indígenas no Cadastro Único, em um prazo de 30 dias, para que elas acessem os programas de assistência social e redistribuição de renda, caso do Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e o auxílio emergencial.

A ação foi impetrada pela Defensoria Pública da União (DPU) em Ação Civil Pública (No 5023708-84.2020.4.04.7100/RS) contando com informações e subsídios do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e parecer do Ministério Público Federal (MPF). Caso as medidas não sejam tomadas, União, Funai e Estado podem ser multadas em até R\$ 50 mil por dia descumprido.

Na inicial, a DPU, com base em denúncias apresentadas pelos indígenas e o Cimi, argumentou “que apesar das tentativas de solução extrajudicial do caso, nenhum dos réus sinalizou medidas no sentido de garantir a subsistência dos povos indígenas durante a pandemia”. União, Funai e Estado negaram a acusação.

Mesmo com todas as provas presentes na ação, a União se posicionou pelo indeferimento do pedido “sob o fundamento do princípio constitucional da separação dos poderes, aduzindo que eventual deferimento do pedido da autora acabaria por desestruturar e inviabilizar a política pública pensada pela União”.

O missionário Roberto Liebgott, da equipe local do Cimi, afirma que centenas de cestas básicas foram distribuídas pelo organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio de entidades aliadas, desde o início do confinamento social. Apenas nesta semana, foram mais de 150. Situação que, na verdade, apenas se agravou.

“São comunidades que sobrevivem do artesanato porque em sua maioria não possuem as terras demarcadas para plantar, tirar o sustento. Com a necessidade do confinamento social, essa renda deixou de existir. Se antes eles já precisavam de ajuda com cestas básicas, agora essa necessidade ganha proporções ainda maiores”, explica.

Rede de Soberania Alimentar, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto (MTST) e Amigos da Terra, entre a semana passada e esta, estiveram com o Cimi na entrega de cestas básicas nas comunidades de Morro do Osso, Cantagalo, Passo Grande, Ñhu Poty, Guapoy, Yvy Poty, Capivari, Lami, Terra de Areia e Itapuã.

No estado, as críticas recaem especificamente ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio Grande do Sul. Na petição inicial da DPU, o conselho foi apontado como omissor no atendimento às comunidades indígenas.

Situação agravada por falta de demarcações

Em sua decisão, a juíza Clarides Rahmeier explica que conforme alegado na petição inicial, “a situação das comunidades também é agravada pelo não reconhecimento da posse das suas terras nativas pelo Estado Brasileiro, impossibilitando-as de cultivar alimentos para prover sua própria subsistência”.

Segue a juíza: “as recomendações para prevenção ao COVID-19 incluem, além do distanciamento e isolamento sociais, higiene frequente das mãos com água e sabão ou álcool gel e a utilização de máscaras. Ocorre que, segundo a inicial, não há como implantar essas medidas de prevenção nas comunidades porque não possuem os recursos materiais necessários”.

Diante destas privações, a juíza determinou o envio de máscaras, luvas, álcool em gel, sabão, entre outros insumos, para que as comunidades possam ter condições de se prevenir. Ela fez questão de enfatizar a situação de precariedade vivida pelos indígenas agravada com a pandemia, tratando a situação como emergencial e que requer medidas adequadas.

“Em que pesem as alegações dos réus de que estão desempenhando suas funções institucionais, que não estão omissos no enfrentamento da pandemia, bem como das limitações impostas aos gestores públicos quando se trata da alocação dos já escassos recursos públicos, certo é que as ações noticiadas são poucas ante o tamanho das dificuldades enfrentadas por essas comunidades, não podendo o Poder Judiciário aceitar o desamparo de princípios constitucionais, entre os quais o direito à saúde, a medidas sanitárias e à segurança alimentar”, escreveu. ♦

O missionário Roberto Liebgott, da equipe local do Cimi, explica que centenas de cestas básicas foram distribuídas pela entidade para evitar a saída dos indígenas das aldeias

Pernambuco registra seus dois primeiros casos de coronavírus entre indígenas

Por Maria Fernanda Ribeiro, para o De Olho nos Ruralistas

Coronavírus chegou aos povos indígenas do Pernambuco. Os primeiros dois casos foram confirmados ontem em boletim da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname). Até então só havia um registro no Nordeste, no estado do Ceará. Os testes positivos são de dois homens, um da etnia Pankararu, o outro da etnia Atikum.

Os números diferem do último boletim epidemiológico da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), divulgado nesta terça-feira (21), que aponta apenas um caso em Pernambuco. De acordo com o documento, disponibilizado diariamente, o Brasil contabiliza até o momento 34 casos confirmados, a maioria dos registros na região da Amazônia. Manaus é o caso mais crítico, com 17 confirmações. Até agora, em todo o país, foram oficialmente registradas três mortes entre os indígenas e há 25 casos suspeitos sendo investigados.

Um dos infectados em Pernambuco é Fagner Luciano, enfermeiro Pankararu do hospital regional Ruy Barbosa, no município de Arcoverde — a 256 quilômetros do Recife. Ele divulgou um vídeo nas redes sociais em que confirma a testagem e comenta sobre seu estado de saúde. Luciano teve muita febre e dor no corpo nos primeiros dias, mas os sintomas já diminuíram. Ele teceu elogios ao tratamento que tem recebido do hospital: os profissionais foram todos capacitados e os equipamentos de proteção individual, disponibilizados. A unidade hospitalar de Arcoverde montou um hospital de campanha para dar suporte aos casos suspeitos de Covid-19, tornando-se referência na região.

De acordo com a nota da Apoiname, a confirmação da doença em Luciano veio pela Secretaria da Saúde do Estado de Pernambuco. No caso do indígena Atikum, cujo nome não foi divulgado, o resultado foi divulgado pela Secretaria de Saúde de Carneubeira da Penha, município a 501 quilômetros da capital.

Alexandre Pankararu, da comunicação da Apoiname, informou que todas as aldeias do estado estão fechadas. As três da etnia Atikum estiveram entre as últimas a proibir a entrada de não-indígenas. Segundo ele, há uma dificuldade do Distrito Sanitário de Saúde Indígena Pernambuco (Dsei) em encontrar kits de higiene para comprar e distribuir nas aldeias. O estado abriga treze povos indígenas, distribuídos em quinze territórios.

Confira, na íntegra, a nota da Apoiname, assinada por Alexandre Pankararu:

“Urgente, chegam aos povos indígenas de Pernambuco os primeiros casos de infecções por coronavírus. No dia 19 de abril a Secretaria de Saúde de Pernambuco anunciou o primeiro caso de um indígena Pankararu, ele é servidor da saúde no hospital de Arcoverde -PE, é da aldeia Saco dos Barros, mas no momento se encontra em isolamento na sua casa em Arcoverde. O segundo caso foi informado hoje, dia 20, pela Secretaria de Saúde de Carneubeira da Penha-PE, que informou que nessa manhã saiu o resultado positivo de um indígena Atikum, da aldeia Serra Umã. Esse indígena já vinha com os sintomas há mais ou menos 10 dias, fez o exame na última quinta feira e hoje saiu o resultado dele. O indígena se encontra no momento sendo monitorado em sua casa na aldeia.

Há exatamente uma semana o povo Atikum fechou três aldeias de seu território, mas infelizmente não impediu que o coronavírus entrasse em suas aldeias. Segue a preocupação, pois muitas das cidades e municípios do sertão pernambucano não existem leitos de unidades intensivas.

Por conta disso devemos seguir as recomendações da Organização Mundial de Saúde. Fiquem em casa, evitem aglomerações sociais e mantenham a higiene básica, pois só assim poderemos enfrentar essa pandemia, não somos imunes e todos são sujeitos a serem infectados”.

Polícia Militar invade Terra Indígena Xakriabá e quebra determinação de isolamentos social do povo

Por **Guilherme Cavalli**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Na entrada da Terra Indígena Xakriabá, uma placa avverte: proibido a entrada de pessoas não indígenas dentro do território. A recomendação de distanciamento social orientada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde contra o coronavírus foi atendida pelo povo no norte de Minas Gerais desde março. O povo cancelou todas as atividades comunitárias.

Contudo, o esforço coletivo para manter o distanciamento social e evitar a proliferação da covid-19 foi interrompido por uma ação da Polícia Militar no dia 4 de abril, que invadiu o território realizando incidências nas aldeias. Em nota, lideranças e caciques denunciam a ação como atividade que colocou em risco a saúde coletiva do povo com aproximadamente 12 mil indígenas “principalmente de anciãos e anciãs, os quais temos mantido cuidados redobrados”.

“O nosso povo foi duramente afetado por uma ação da Polícia Militar que designou um grande efetivo que invadiu o nosso território”, denuncia o documento enviado aos órgãos públicos.

“Esta ação autoritária foi totalmente desconectada dos princípios e orientações dos órgãos de saúde visto que estes policiais descumpriram totalmente as medidas e orientações de segurança dos órgãos competentes em tempos de Pandemia”, sustenta o texto ao relatar aumento do medo de contaminação, insegurança e estabilidade após a ação da Polícia Militar.

“Nós caciques e lideranças tomamos a decisão de impedir a circulação na terra indígena por medo de que essa pandemia chegue no nosso povo. As decisões foram tomadas seguindo o que orienta Ministério da Saúde e a secretaria de Estado da Saúde”, resume cacique Santos, da aldeia Morro Vermelho.

“A Polícia Militar invadiu, não respeitou e entrou e circulou na área inteira. Quando ficamos sabendo da ação, a polícia já realizava abordagens dentro da aldeia”, advertiu o cacique. “Dois guinchos e várias viaturas percorreram toda as aldeias, fazendo pressão e tendo contato direto com nosso povo. A entrada da Polícia Militar causou terror nas aldeias. Não só pela ação que realizaram sem nenhum comunicado às lideranças da aldeia. Mas também pelo coronavírus, esse perigo que pode vir com os policiais que são de diversas cidades da região”.

A ação realizada pela Polícia Militar no Território Xakriabá contraria a Portaria nº 419, de 17 de março de 2020, emitida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que suspendeu as autorizações de entradas em terras indígenas por trinta dias. “O contato entre agentes da Funai, bem com a entrada de civis em terras indígenas devem ser restritas ao essencial de modo a prevenir a expansão da epidemia”, ressalta o artigo 3 do boletim ao sustentar a suspensão de novas autorizações para entradas em territórios indígenas. O texto acrescenta: “consideram-se essenciais as atividades que fundamentam a sobrevivência da comunidade interessada, em especial o atendimento à saúde, a segurança, a entrega de gêneros alimentícios, de medicamentos e combustível”. Para as lideranças e caciques do povo, a atividade de vistoria da regularidade de veículos não se caracteriza como essencial para a comunidade na conjuntura de pandemia. “Nós não concordamos como ocorre as entradas da Polícia Militar. É necessário o seu serviço e a parceria com os caciques e lideranças do povo, mas uma ação como essa não é de urgência”, ressalta cacique Agenor Xakriabá.



A faixa na entrada da aldeia proíbe a entrada de não indígenas no território. Crédito da Foto: Povo Xakriabá

O documento do órgão indigenista do governo federal sustenta ainda que povos indígenas devam ser entendidos como grupo de risco por suas condições sociais de saúde, o que exige aos povos uma atenção especial diante a pandemia. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) aconselha ainda que indígenas não se dirijam à cidade, recomendação atendida pelo povo Xakriabá.

Ação desrespeitou lideranças e gerou medo na comunidade

As lideranças indígenas se dizem preocupadas com os efeitos da presença da Polícia Militar no território, que desrespeitou as decisões internas. O fato é agravado, segundo os caciques, por não cumprir nenhuma das determinações exigidas pelos órgãos competentes de atendimento à saúde.

“Este ato é totalmente desproporcional, isolado do conjunto de medidas e orientações dos órgãos de saúde e ocorreu sem diálogo e autorização, sem acompanhamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena, sem comunicação com a Funai e muito menos sem autorização da nossa organização interna”, sustenta o documento ao assegurar-se nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal. “Estamos cumprindo a quarentena e as recomendações dadas pelo Ministério da Saúde e a própria polícia, um órgão do Estado, descumprir essas medidas”, comenta o cacique Agenor Lopes da Conceição da Aldeia Tenda Rancharia, uma das 37 que compõe o território Xakriabá.

Sem nenhum equipamento de proteção individual que minimizaria as possibilidades de contágio viral, a Polícia Militar adentrou o território e realizou abordagens em indígenas. “Esta ação da Polícia Militar nos deixa ainda mais vulneráveis e bastante preocupados, os povos Indígenas se encontram entre os principais grupos de risco”, pontua a nota.

“Diante deste fato queremos informar que os casos de contaminação que porventura surgirem a partir deste momento será também de responsabilidade do Governo do Estado de Minas Gerais”, sustenta o comunicado do povo que com “ação truculenta da polícia militar” teve interrompido a medida assumida de distanciamento social.

“Esse ataque foi feito sem nenhuma proteção, usavam armas, mas nenhum equipamento para não nos infeccionar. Estamos com medo do que eles podem ter trazido e pedindo para às autoridades para que tomem providência em segurança da saúde do nosso povo”, sustenta o cacique Santos. “Se essa epidemia chegar aqui, o Estado precisa ser responsabilizado por essa ação porque estamos tomando todas as medidas e eles estão desrespeitando nossa organização contra o coronavírus”, cobra a liderança.

Coronavírus: as medidas tomadas pelo Povo Xakriabá

Após reunião dos caciques e lideranças, o povo Xakriabá optou pelo distanciamento social e em diminuir as atividades que geram aglomerações. Segundo nota divulgada pela organização do povo, foram ações que evitariam a “convivência social contrariando a nossa forma de vida, sendo esta uma prática ancestral alicerçada na nossa cultura, tradição e espiritualidade, base fundamental de controle social”. No entanto, reforça o texto, as medidas foram necessárias “neste momento específico que esperamos ser transitório”.

As placas com mensagens que alertavam a proibição de circulação de não indígenas no território, como medida de evitar que a covid-19 entre na comunidade, foi uma das ações encaminhadas desta reunião.

Os indígenas que estavam fora do território do povo, ao retornarem, passaram por medidas de monitoramento diário. Foram ações direcionadas aos trabalhadores e estudantes que vivem fora das aldeias. “Nesse momento de crise causada pela pandemia o nosso povo e a nossa equipe de saúde estão trabalhando juntamente com lideranças pra minimizar os riscos de ter caso de coronavírus em nossa terra”, pontuou Maciel Xakriabá, enfermeiro indígena e responsável por equipes de saúde no território.

“Fizemos levantamento e aplicação de formulário com dados de cidade que estão vindo, se tem problema de saúde e fizemos o isolamento por 14 dias sem se expor a comunidade”, comentou Maciel. “Estamos monitorando durante esse período e trabalhando com protocolos que diminuam o máximo possível o risco de contaminação do povo Xakriabá”. A entrada de policiais na aldeia fragilizou as ações que ocorriam há aproximadamente um mês. ♦

“Quando ficamos sabendo da ação, a polícia já realizava abordagens dentro da aldeia”

Aumenta o número de casos de covid-19 entre os povos indígenas na Amazônia, aponta Coiab

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação – Cimi

No final da tarde do dia 28 de abril, o professor Aldenor Tikuna morreu em sua casa na comunidade Watchimaucu, localizada no bairro Cidade de Deus, em Manaus (AM). Conforme Marcivana Sateré Mawé, da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime), o indígena estava com todos os sintomas da covid-19, mas não foi testado ou recebeu qualquer atendimento médico nos hospitais da capital.

De acordo com levantamento realizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) já são 16 mortes por covid-19 confirmadas até esta terça. Destes óbitos, apenas cinco estão nos boletins da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Ocorre que o órgão do Ministério da Saúde só contabiliza casos entre indígenas considerados “aldeados”, aqueles que vivem em terras indígenas afastadas dos centros urbanos.

Aldenor Tikuna, portanto, não entrará nas estatísticas da Sesai; assim como qualquer outro indígena que esteja em contexto urbano na cidade de Manaus e seu entorno, onde a Copime estima viverem cerca de 30 mil indígenas. A distinção é encarada pelo conjunto do movimento indígena e indigenista como discriminação e está em contrariedade com a Constituição Federal e tratados internacionais, como a Convenção 169 da OIT, que não permitem tal diferenciação na aplicação de políticas públicas.

Marcivana Sateré Mawé explica que o caso do professor, dos demais doentes e infectados e de outros óbitos entre indígenas, que ocorrem diariamente desde o final da semana passada, são invisibilizados nas estatísticas porque a Sesai decidiu não tratar como indígenas aqueles que vivem em contexto urbano, lançando-os ao colapso do sistema público que enclausura Manaus em uma bolha de morte. “Precisamos de um hospital de campanha para os indígenas que vivem em Manaus e no entorno. São muitos doentes com os sintomas de covid-19 sem testes, sem cuidados médicos”, diz.

Longe das estatísticas, os indígenas que vivem na cidade enfrentam a pandemia sem o subsistema de saúde e submetidos à roleta russa dos efeitos do vírus em cada organismo. “Na comunidade, todos os integrantes ficaram doentes, apresentando os mesmos sintomas que levaram o professor à morte. Em outras comunidades a situação é igual. Não aparece nas estatísticas e então a política pública não chega para os indígenas no contexto urbano”, afirma.

Para a integrante da Copime os indígenas não estão totalmente invisibilizados porque as autoridades públicas sabem que eles existem. “Mas esses são dados não vão aparecer nos dados oficiais do Ministério da Saúde. É uma situação dramática, crítica. Quando conseguem algum atendimento, os parentes fazem inalação, tomam um remédio e voltam para casa. Não são sequer testados para a covid-19. Por isso, muitos parentes têm optado por ficar em casa e esperar passar ou morrer”, lamenta a indígena.

O corpo do professor Aldenor foi retirado de sua casa e levado para uma igreja para aguardar doações suficientes para a compra de um caixão. O serviço público funerário entrou em colapso e não consegue atender as demandas. “Mesmo sem ter teste positivo, a orientação é que não ocorra velório. Então os corpos vão direto para o cemitério, mas não foi possível pela falta do caixão”, diz Marcivana.

Ela explica que a comunidade Watchimaucu é uma das mais organizadas entre as existentes em Manaus e no entorno. Mesmo assim não conseguiu conter o vírus.



Os povos do Vale do Javari encontram sérias dificuldades no atendimento à saúde, visto que muitas aldeias se localizam em áreas de difícil acesso, onde a locomoção chega a levar 15 dias

“Agora imagina as mais vulneráveis. Sem a Sesai, sem o apoio do subsistema público, a covid-19 foi contaminando um a um, se espalhando pela comunidade. A política da Sesai é discriminatória diante da pandemia. Estamos gritando, pedindo socorro”.

“As mortes são causadas também pela discriminação”

Em nota, a Coiab afirma que “na última semana, o número de casos suspeitos, confirmados e de mortes pelo coronavírus entre as populações indígenas na Amazônia brasileira aumentou assustadoramente”. Com a ajuda de lideranças e caciques, agentes de saúde indígena, técnicos dos 25 Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEIs) da região e organizações de base como a Copime, a Coiab vem fazendo o que a Sesai não faz: um diagnóstico do avanço da covid-19 na Amazônia brasileira.

“No dia 20 de abril, Yuri Ticuna informou sobre a morte do seu tio, Abezio Flores Salvador Ticuna, de 50 anos, que estava internado em um hospital de Manaus. Quatro dias depois, chegaram notícias de mais dois falecimentos: Domingos Baré, na comunidade Nova Esperança, no entorno de Manaus, e Raimundo Quirino

“No dia 20 de abril, Yuri Ticuna informou sobre a morte do seu tio, Abezio Flores Salvador Ticuna, de 50 anos, que estava internado em um hospital de Manaus. Quatro dias depois, chegaram notícias de mais dois falecimentos: Domingos Baré, na comunidade Nova Esperança, no entorno de Manaus, e Raimundo Quirino Ramos Ticuna, técnico de enfermagem, no Alto Solimões. No último domingo, dia 26, a confirmação da morte de uma indígena de 35 anos do povo Palikur, no Amapá”

cita como exemplos a nota da Coiab.

Ramos Ticuna, técnico de enfermagem, no Alto Solimões. No último domingo, dia 26, a confirmação da morte de uma indígena de 35 anos do povo Palikur, no Amapá”, cita como exemplos a nota da Coiab.

Segundo a Sesai, existem 84 casos confirmados entre as populações indígenas na Amazônia. A Coiab aponta ao menos 14 casos a mais da doença entre indígenas dos povos Apurinã, Baniwa, Baré, Borari, Cocama, Yanomami, Mura, Palikur, Sateré-Mawé, Tikuna e um caso entre o povo Warao, que migrou da Venezuela para o Brasil. Para a integrante da coordenação da Coiab, Valéria Payé, a decisão da Sesai em criar categorias de indígenas é um caso de racismo institucional.

“Quando vimos que a Sesai não faria esse levantamento, decidimos fazer. Nossas lideranças, os técnicos que estão na ponta. Consolidamos os dados a partir disso. O que confirma o racismo institucional contra nós indígenas. É dever da Sesai garantir o atendimento e acompanhamento dos indígenas que não estão no território”, diz. Valéria aponta que as mortes também são causadas pela discriminação e destacou peculiaridades destes indígenas em contexto urbano.

“São indígenas que saem dos seus territórios por razões variadas. Seja para estudar ou por terem sido expulsos por invasores. Na Amazônia essa característica é ainda mais intensa porque há indígenas para todo lado. Mas que indígena ou povo quer viver fora de sua terra quando tem a escolha de estar nela? Se está na cidade tem uma razão, que no geral envolve muitos motivos”, explica.

A indígena observa um outro detalhe: a Sesai, ao desconsiderar os indígenas em contexto urbano, deixa de mapear retornos dos “parentes” às aldeias. “Se a Sesai tem mapeado nas estatísticas os de contexto urbano, consegue também proteger os que ela chama de aldeados porque há um fluxo de voltar e sair dos territórios no meio da pandemia. Quem faz essa proteção é a gente mesmo”, conta. Para a indígena, há falta de comprometimento com a vida por parte do governo federal.

Tanto a Coiab quanto a Copime confirmam que muitos indígenas foram infectados na Casa de Saúde Indígena (Casai), em Manaus, gerenciada pela Sesai. No caso dos indígenas que historicamente encontram dificuldades de atendimento na capital, muitos foram contaminados enquanto buscavam atendimento para outros problemas de saúde nos aparelhos de saúde municipais e estaduais.

MPF se pronuncia

Diante da situação, o Ministério Público Federal (MPF) publicou uma carta aos povos indígenas e tradicionais da Amazônia. Nela oferece orientações, como “se alguém da comunidade estiver com tosse, febre e gripe, é importante ficar recolhido pelo menos 14 dias, pois se essa pessoa estiver com a covid-19, pode contaminar outros parentes. Também é importante buscar ajuda de um profissional de saúde, se necessário. Você pode procurar o AIS ou ACS da sua comunidade, alguém do DSEI ou, se estiver na cidade, um posto de saúde ou hospital”.

O MPF afirma ainda que está cobrando do governo federal medidas urgentes “que facilitem o acesso a recursos e a cestas básicas nesse período. Enquanto isso, se precisar buscar alguma coisa na cidade ou pegar o dinheiro no banco, em vez de ir todo mundo, a comunidade pode escolher apenas algumas pessoas pra ir na cidade e resolver essas coisas. O diálogo nas associações e espaços deliberativos é fundamental neste momento”.

Como lembrou reportagem do Instituto Socioambiental (ISA), escrita pelo jornalista Oswaldo Braga de Souza, em



Mais de 300 indígenas em protesto na frente do DSEI Manaus: problemas com discriminação e prestação do atendimento básico já habitavam a pauta dos indígenas desde antes da pandemia

março a Funai suspendeu as autorizações para entrada nas terras indígenas. A isso se somou o anúncio de que o órgão indigenista investiria R\$ 6 milhões para distribuir 308 mil cestas de alimentos para cerca de 154 mil famílias em mais de 3 mil comunidades indígenas do país. Não explicou como faria e em qual prazo. Tampouco informou a razão de não ter gasto nenhum centavo dos mais de R\$ 10 milhões recebidos em caráter extraordinário para combater a covid-19, como revelou o jornal O Estado de São Paulo.

Em luto, comunidade Tikuna apela por testes para detectar covid-19

Por J. Rosha, da Assessoria de Comunicação – Cimi Regional Norte I (AM/RR)

Com diversos indígenas apresentando febre, dores no peito, gripe e falta de apetite, os Tikuna da comunidade Wotchimaücü, localizada no bairro Cidade de Deus, na zona Leste de Manaus (AM), necessitam e pedem com urgência pela realização de testes rápidos para verificação de contágio pela covid-19.

Segundo os indígenas, em fevereiro passado, antes das medidas restritivas adotadas pelos órgãos governamentais, eles teriam encaminhado solicitação pelos testes para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), Secretaria Estadual da Saúde (Susam) e Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Manaus.

“Estamos de luto, em nossas casas descansando. Depois que perdemos o cacique na nossa comunidade estamos muito apreensivos”, diz Aginilson Araújo Peres, uma das lideranças da comunidade Wotchimaücü.

Na última terça-feira, 28, faleceu Aldenor Basque Félix, de 44 anos, professor e vice-cacique da localidade. “Antes do falecimento do professor Aldenor veio uma equipe para imunizar os idosos acima de 60 anos (vacina contra a gripe)”, diz Aginilson, acrescentando que eles querem imunização para todos.

A comunidade Wotchimaucu abriga 45 famílias. Os Tikuna em Manaus somam 217 famílias catalogadas pelas lideranças locais e estão morando também no Parque das Tribos e Jurupari (bairro Tarumã, zona oeste de Manaus), e no bairro Parque 10, na zona centro-sul.

Aldenor Basque Félix era vice-cacique e professor na comunidade. Era da aldeia Filadélfia, em Benjamin Constant, e veio para Manaus há cerca de oito anos tendo retornado para sua aldeia depois de algum tempo. Há pouco mais de um ano, após se separar da esposa, voltou para Manaus e foi eleito vice-cacique da comunidade.



No centro da foto, o professor Aldenor Basque Félix, de 44 anos, morto no dia 28 de abril

“A gente pede ajuda e os órgãos governamentais não atendem. Estamos pedindo teste rápido para saber quem pode estar infectado. Até agora ninguém veio atender nossos pedidos, ninguém fez o teste aqui”

Ele estava morando sozinho, segundo Aginilson Peres. No início de abril, após a recomendação da quarentena, todos na comunidade adoeceram. “Ele precisava se alimentar bem, mas não tinha ninguém para cuidar dele conforme ele precisava. Por causa dos sintomas, ele já não estava aceitando a comida”, relata Aginilson. Há alguns dias passou a apresentar febre, dor de cabeça muito forte, gripe, dor no peito e falta de ar. No dia 28, o professor Aldenor faleceu na sua própria residência.

“Vamos continuar insistindo para que nos ajudem com testes rápidos para saber quem está doente ou não. Ninguém fez teste aqui”, afirma Aginilson Peres. Ele explica também que os moradores estão se tratando com remédios tradicionais, como chá de limão com alho, mel de abelha e gengibre, mas até esses produtos andam em falta na comunidade.

A Comunidade indígena Wotchimaücü foi fundada em 06 de junho de 2002 entre os Tikuna em diáspora dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, e das aldeias Umariçu II, Filadélfia, Porto Cordeirinho e Feijoal. Seu objetivo é “fortalecer a cultura, educação diferenciada, saúde diferenciada, formação política, fabricação de artesanatos, visando a melhoria da qualidade de vida do povo Tikuna dentro do contexto urbano”, conforme explica Aginilson Peres.

Morre jovem Yanomami por Covid-19, em Roraima, diz Sesai

Por Ana Amélia Hamdan, Kátia Brasil e Emily Costa, da Amazônia Real

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, informou na noite do dia 9 de abril que o estudante Yanomami, de 15 anos, morreu às 20 horas (21 em Brasília) por complicações da infecção no pulmão devido à doença covid-19.

À agência Amazônia Real, a Sesai disse que a “causa mortis ainda não foi informada pelo Hospital Geral de Roraima”, onde o jovem estava internado desde o dia 3 de abril. O hospital é dirigido pelo governo do estado.

O médico infectologista Joel Gonzaga, da Sesai, afirmou à reportagem que o quadro de saúde do estudante se agravou “com o comprometimento cerebral, tromboembolismo e complicações da resposta inflamatória do vírus”.

O estudante tinha a saúde afetada por ter contraído, antes da covid-19, “doenças como desnutrição, anemia, malárias repetitivas e foi tratado, mês passado (março), de Malária Falciparum”, disse Gonzaga.

Por respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a agência Amazônia Real não tinha divulgado antes o nome do estudante. Conforme o Ministério da Saúde, o jovem é Alvanei Xirixana, nascido na Comunidade Helepi, na Terra Indígena Yanomami, em 02 de março de 2005. Seus pais são Ivanete Xirixana e Alfredo Xirixana.

Alvanei estudava o ensino fundamental em uma escola da Comunidade Boqueirão, na Terra Indígena Boqueirão, dos povos Macuxi e Wapichana, no município de Alta Alegre, no norte de Roraima.

Os pais do estudante, cinco profissionais da saúde indígena, um piloto de avião e a Comunidade Helepi, com cerca de 70 pessoas, estão no isolamento e monitoramento pela Sesai por terem mantido contato com o Alvanei. Até o momento não há informações sobre como o menino foi infectado pelo novo coronavírus.

Como publicou a agência, o estudante Alvanei Xirixana passou 21 dias com os sintomas do novo coronavírus, buscando por atendimento de saúde e não foi submetido no início da doença ao teste para covid-19. Ele chegou a receber alta do Hospital Geral de Roraima. As internações aconteceram no período de 18 de março a 3 de abril e demonstraram fragilidade no sistema da saúde indígena.

O diagnóstico da doença Covid-19 foi confirmado no estudante Yanomami apenas no último dia 7 de abril com a contraprova realizada com o sangue (RT-PCR), que detectou o coronavírus, que causa a pandemia mundial.

O Ministério da Saúde informou o primeiro caso de Covid-19 entre indígenas Yanomami no dia 8 de abril. Em sua rede social, o antropólogo francês Bruce Albert disse que o jovem era de uma comunidade “da região do rio Uraricoera, área de garimpo”. Ele também destacou que o adolescente não foi atendido pelo sistema de saúde quando sentiu os primeiros sintomas da gripe.

“Estava (o jovem) perambulando entre Casai leste e HG de RR desde 19/3 com sintomas respiratórios característicos e prescrição de antibióticos. Conviveu com muita gente desde então”, disse o antropólogo e etnógrafo Bruce Albert, amigo do líder e xamã Davi Kopenawa desde os anos 70 e ambos parceiros na autoria do livro “A queda do céu”.

Continuação da edição anterior

KRIANÇA ÍNDIA TEM QUE VIVER!

Por Rafael Campos Rocha

